

INSURGÊNCIAS CONTRA O CAPITAL NA DISPUTA PELA TERRA: O ESTELITA, NO RECIFE E OS QUILOMBOLAS EM GARANHUNS, PE

Edinéa Alcântara de Barros e Silva

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco – campus Garanhuns

edinealcantara@gmail.com

Edneida Rabelo Cavalcanti

Fundação Joaquim Nabuco

edneidarabelo@gmail.com

Paulo José de Albuquerque Marques da Cunha

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco – campus Garanhuns

paulo.cunha@garanhuns.ifpe.edu.br

Introdução

Pode parecer estranho comparar duas realidades tão distintas como a luta do Movimento Ocupe Estelita, no Recife, e a luta da Comunidade Quilombola Castainho, no Agreste de Pernambuco, em Garanhuns. No entanto, há semelhanças estruturais que aproximam essas duas realidades, que é a luta pela posse da terra, no caso das comunidades quilombolas de Garanhuns, e a luta para decidir os desígnios do uso e ocupação do solo e pelo direito à cidade, na base da luta do Movimento Ocupe Estelita, no Recife. Entendendo aqui o direito à cidade “muito mais do que um direito de acesso individual ou grupal aos recursos que a cidade incorpora: é um direito de mudar e reinventar a cidade, mas de acordo com nossos mais profundos desejos” (HARVEY, 2014, p. 28).

De distintas formas, ambos movimentos estão lutando pelo direito ao uso e ocupação da terra diferentemente do interesse do capital imobiliário. Essa luta ocupa uma centralidade nos países emergentes, principalmente devido à necessidade de reprodução do capital, que vem oferecendo pressão intensa nas cidades dos países em desenvolvimento, particularmente América Latina. Nas palavras de Harvey (2014, p. 20).

A cidade tradicional foi morta pelo desenvolvimento capitalista descontrolado, vitimada por sua interminável necessidade de dispor de acumulação desenfreada de capital capaz de financiar a expansão interminável e desordenada do crescimento urbano, sejam quais forem suas consequências sociais, ambientais ou políticas. Nossa tarefa, sugere Lefebvre, consiste em imaginar e reconstituir um tipo totalmente novo de cidade a partir do repulsivo caos de um desenfreado capital globalizante e urbanizador. Contudo, isso não pode ocorrer sem a criação de um vigoroso

movimento anticapitalista cujo objetivo central seja a transformação da vida urbana do nosso cotidiano.

As cidades, cada vez mais pressionadas, optam pela verticalização como forma de adensamento necessário ao “desenvolvimento” e reprodução do capital. Em cidades de grande e médio porte, o fenômeno da verticalização sem controle tem tomado vultos assustadores. Impulsionada por uma atividade imobiliária especulativa, estimulada por uma legislação leniente, e associada à administração pública que se confunde aos interesses privados, projetos vêm sendo aprovados em áreas das cidades, inclusive em zonas históricas. É o caso do Projeto Novo Recife, empreendimento imobiliário com 12 torres em uma área histórica e de importância estratégica para o desenvolvimento urbano da cidade. Mais do que isto, a verticalização adotada vem associada a um adensamento não mais suportado pela infraestrutura local, propondo um desenho urbano que segrega os cidadãos e desertifica as áreas públicas (Figura 01).



Figura 01 – Avenida Transversal à Avenida Boa Viagem, em Recife/PE. Autor: Roberto Ghione.

Fonte: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/14.171/5317>

Em cidades de pequena extensão territorial o problema se agrava. A terra é escassa e precisa ofertar o máximo lucro possível, através da multiplicação do seu potencial construtivo. Ao atender os interesses do capital, tolhendo a participação popular, as consequências são desastrosas: expulsão das comunidades mais pobres, segregação social e espacial; privatização do espaço político – sociedade civil e governança; colapso da infraestrutura – mobilidade e drenagem, entre outros; prejuízo ambiental; destruição do passado – a cidade construída sem elo com sua história; destruição do patrimônio cultural e natural; destruição da rua como espaço público de interação social.

A cidade do Recife é emblemática no que diz respeito aos estrangulamentos estruturais decorrentes do modelo de crescimento econômico em curso. Nessa perspectiva, o Movimento Ocupe Estelita, que nasce da contestação ao Projeto Novo Recife, transcende

desde o seu início, em 2012, esse lugar delineado espacialmente. O seu lugar passa a ser o de sinalizar, em tons vibrantes, novos paradigmas de pensar a cidade, de expressar as relações de poder desiguais que sustentam as decisões sobre empreendimentos dessa natureza; de acolher ideias, questionamentos, estudos, vivências e expressões culturais que coloquem em evidência as contradições do poder público em sua articulação com a iniciativa privada, que mostram o fracasso de empreendimentos como esse e exercitam possibilidades de construir a paisagem com referências mais sustentáveis também na dimensão social e ambiental.

Na cidade de Garanhuns, no Agreste Pernambucano, a especulação imobiliária assume papel semelhantemente avassalador. A cidade se expande sem planejamento urbano e empreendimentos surgem em áreas dotadas de precária infraestrutura urbana. Os preços dos aluguéis atingiram valores nunca vistos e os terrenos estão cada vez mais caros. A atividade imobiliária, praticamente monopolizada, na busca por terras, chega às áreas rurais com a força do capital especulativo. A comunidade quilombola de Castainho é exemplo de luta pelo direito à terra. Situada a 6 km da sede, foi, por muito tempo, pressionada pela imobiliária, Mano Imóveis, e viu projetos serem apresentados em suas terras. Hoje, resistiu à especulação e tem seu perímetro demarcado pelo INCRA, em processo final de escrituração.

Castainho e Estelita guardam, portanto, particularidades bem distintas. Mas, quando se trata da apropriação do espaço urbano compartilham semelhanças evidentes; a insurgência contra o capital especulativo imobiliário, e o desejo coletivo por novas alternativas de desenvolvimento urbano.

A disputa pela terra no Recife

A disputa pela terra esteve presente na história do Recife, desde muito tempo. Expulsa dos alagados e das áreas planas, a população de baixa renda começou a ocupar os morros a partir do final dos anos 30 e início dos anos 40, durante a campanha de higienização deflagrada, à época, pelo interventor federal Agamenon Magalhães, o que deu início à formação do bairro de Casa Amarela.¹

Mas essas ocupações ocorreram sob muita luta com os possíveis donos das terras. No presente não é diferente. A pressão que a comunidade do Coque, com mais de 100 anos de

¹□ Em 1960, o número de mocambos chegou a 90.000, aproximadamente 60% das habitações da cidade. Entre 1978 e 1983, mais de 80 invasões coletivas e organizadas, envolvendo cerca de 150.000 pessoas, incorporaram-se ao cotidiano da cidade: “[...] as ocupações ilegais dos mangues e dos morros fazem parte da própria história do Grande Recife.” (FALCÃO NETO; SOUZA, (1985, p. 77)

existência, tem sofrido ao longo dos anos², a expulsão das famílias da Vila Oliveira, no bairro do Pina, após a construção do Shopping Rio Mar, mesmo com títulos de posse da terra, são evidências de que a disputa pela terra é atual e se acirra a cada dia.

A valorização dos terrenos das regiões centrais está conduzindo a expulsão de comunidades de baixa renda dos locais estratégicos onde habitam. Esse processo de gentrificação tem-se materializado por meio da compra, como vem ocorrendo em Brasília Teimosa, reintegração de posse, desapropriação, remoção e expulsão nos assentamentos de baixa renda que ocupam lugares valorizados da cidade.

Esse padrão pode ser visto no Recife, em São Paulo e em outras cidades do Brasil. Famílias são expulsas, favelas são incendiadas, como ocorreu em Pinheirinho, em São José dos Campos e no bairro da Luz, em São Paulo. Testemunhamos estarecidos como a Justiça e o Estado negam-se a cumprir a Constituição para atender a função social da propriedade.

Esta disputa assume outros contornos quando se refere às normas de uso e ocupação do solo urbano. Com anuência do poder municipal, o capital imobiliário vem impondo à cidade um modelo que multiplica o lucro dos seus investimentos através da máxima exploração do seu potencial construtivo. No Recife, o Plano Diretor de 2008 ampliou o potencial construtivo em alguns bairros, oferecendo respaldo legal para uma vertiginosa verticalização. As duas torres, apelidadas de Torres Gêmeas (Figura 02), construídas em um dos locais de melhor vista da cidade, no Cais de Santa Rita, pela Construtora Moura Dubeux, são exemplos emblemáticos dessa tendência. Sem avaliação dos impactos de vizinhança e da infraestrutura urbana que tal adensamento provoca, a construção ocorrida na base de liminares judiciais são evidências da disputa pelo território na cidade.

² Na Carta Aberta ao Povo do Recife, de 24/10/2012, do Ponto de Cultura Espaço Livre do Coque, apontam as expulsões desde 1965:

1965—desvio do Rio Capibaribe, remoção dos moradores da Pitangueira para o Janga e UR 10, no Ibura;
1978—construção do Viaduto Capitão Temudo, remoção dos moradores da Vila do Papel;
1982—construção do metrô, remoção dos moradores da Beira da Linha;
1998—construção do Fórum e AACD, remoção dos moradores da Vila Jesus;
2002 — construção das Alças do Viaduto Capitão Temudo, remoção dos moradores da Vila Pantanal e Vila do Papel;
2012 — construção do Terminal Integrado de Passageiros, remoção dos moradores do Sítio Histórico do Cajueiro do Coque, e derrubada de árvores centenárias, um crime ambiental;
2012 — tentativa de construção da Sede da AOB-PE, com remoção dos Moradores Feirantes, mas conseguiram impedir;
2013 — o projeto consorciado Joana Bezerra também removerá moradores da Rua Cabo Eutrópio.
A carta argumenta que “tudo isso acontece NA ZEIS DO COQUE e em nome do Desenvolvimento, Prestação de Serviços e Empregos para os Moradores do Coque. Mas subjacente está a expulsão branca, a especulação imobiliária.”



Figura 02 – Imagem das “Torres Gêmeas”, vista do bairro de Brasília Teimosa.

Fonte: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=1304613>

De acordo com Campos (2012), as principais empresas do ramo da construção civil foram formadas em período anterior à ditadura militar no Brasil, entre as décadas de 1930 e 1950, com destaque para o período de construção da capital federal, no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961). Porém, tiveram, no período da ditadura (1964-1988), um crescimento sem precedentes, em virtude de políticas estatais favoráveis às atividades do setor e um robusto programa de obras públicas, que gerava uma demanda constante.

Nessa perspectiva, foi sendo gestado um capital de novo porte, monopolista, em alguns setores da economia, com destaque para a construção pesada, no qual poucos grupos chegaram a um patamar diferenciado, detendo amplo poder econômico e político (CAMPOS, 2012). A garantia de sua expansão esteve diretamente associada ao processo de urbanização.

Para Harvey (2014, p. 30), “desde que passaram a existir, as cidades surgiram da concentração geográfica e social de um excedente de produção. [...] O capitalismo precisa da urbanização para absorver o excedente da produção que nunca deixa de existir”. Dessa forma, as curvas logísticas que evidenciam o aumento da produção capitalista são muito parecidas com as da urbanização da população mundial.

O modelo de desenvolvimento e de urbanização é feito para atender preponderantemente os interesses do capital, conduzido a partir da aliança entre prefeituras e governos estaduais e o capital imobiliário para a definição do uso e da ocupação do solo. Tal aliança tem como base o apoio financeiro para as campanhas políticas.

No Recife não é diferente. Em agosto do ano passado foi criado o Decreto N° 27.305 de 23 de agosto de 2013, que revoga o decreto municipal n° 17.324, de 03 de maio de 1996 e regulamenta a Comissão de Controle Urbanístico (CCU), vinculando esta comissão à Secretaria de Mobilidade e Controle Urbano (SEMOC). A CCU tem entre suas atribuições emitir parecer sobre projetos de impacto na cidade. Tal vinculação foi percebida como artifício para facilitar a aprovação desses projetos, uma vez que a SEMOC é uma secretaria com o perfil executivo e demonstra alinhamento com os interesses das construtoras.

O urbanismo segregador praticado no Recife tem priorizado o esgotamento do potencial construtivo, levando à proliferação de enclaves fortificados (CALDEIRA, 2000), torres e condomínios verticais cercados por altos muros. Tal modelo supostamente pretende garantir segurança aos moradores, mas, ao contrário, leva ao esvaziamento das ruas e à sensação de insegurança, que somado à carência de espaços públicos impacta na qualidade de vida urbana. Tudo isso contribui cada vez mais para a morte das cidades, como preconizou Jacobs (1993) nos anos sessenta. O filme *O Som ao Redor*, longa metragem de ficção de Kleber Mendonça Filho, lançado em 2012, retrata com maestria a degradação de uma cidade que perdeu sua essência de cidade.

David Harvey, em entrevista ao Canal Ibase³, argumenta que o capital gosta de construir cidades, o que é bem diferente da cidade que as pessoas podem viver bem, e salienta o abismo entre as duas propostas, onde cresce a tendência de dominação do capital sobre o poder político. No Recife os empreendimentos propostos não levam em conta a história, a memória, o patrimônio, o acesso às frentes d'água, nem tão pouco o acesso à informação, a exigência de audiências públicas para os empreendimentos de impacto, estudos de impacto ambiental, estudos de impacto de vizinhança. No Conselho de Desenvolvimento Urbano (CDU), a representação da sociedade civil e movimentos populares é inferior à representação do poder público e do setor privado, o que reduz o CDU a um canal de legitimação dos interesses privados com a anuência do poder público local.

O Projeto Novo Recife

Modelo desse padrão de ocupação do solo urbano, o Projeto Novo Recife (Figura 03), alvo de contestação judicial pela sociedade civil e pelo Ministério Público Estadual, prevê a construção de um complexo imobiliário, no Cais José Estelita, próximo às Torres Gêmeas, com 12 torres, algumas atingindo 40 pavimentos.

³ □ Disponível em: <http://envolverde.com.br/economia/urbanizacao-incompleta-e-estrategia-capital/>. Acesso em 30.jan.2014.



Figura 03 – Projeto Novo Recife na sua versão de 2012.

Apesar da tentativa da imprensa e investidores em polarizar a discussão entre verticalizar ou não, a crítica ao projeto amplia-se à discussão da urbanidade que o modelo provoca. Cisneiros (2014), ativista do Direitos Urbanos, afirma que a verticalização do Recife, ao invés de aproximar e misturar os cidadãos, tem produzido uma cidade mais segregada, setorizada, dependente do carro, sem pessoas na rua e somente para uma parcela mais privilegiada da população. Sousa (2014) demonstrou que o modelo do Novo Recife é o que gera mais desconforto para o pedestre, por conta da existência de grandes áreas de estagnação de ventilação, por trás dos edifícios-garagem, ao lado de áreas de canalização de ventilação pelas ruas transversais, que provocam desconforto ao pedestre devido às velocidades elevadas. Além de privatizar a contemplação de uma das mais bonitas visadas da cidade, trará também grande impacto na infraestrutura e na mobilidade urbanas e descaracterizará a paisagem do lugar, um direito de todos, lugar de memória coletiva, portanto, não passível de privatização.



Figura 04 – Simulação com lançamento do projeto mostrando o impacto na paisagem-postal que mais identifica o Recife, segundo Veras (2014).

Quem defende a verticalização, argumenta liberação de maior área do solo para implantação de áreas públicas. Entretanto, não há estudos que comprovem se a infraestrutura instalada suporta tamanha concentração urbana, nem tão pouco contempla os impactos na paisagem, na mobilidade e no convívio social. O potencial construtivo permitido pela legislação vigente não prevê os impactos associados à construção de vários empreendimentos desse porte ao mesmo tempo.

A “aprovação” desse projeto no CDU, eivado de ilegalidades, é um exemplo da luta pelo poder da cidade, onde de um lado encontra-se a prefeitura e o capital imobiliário e do outro lado a sociedade, representada por cidadãos e instituições, e o Ministério Público.

Em 17 de julho, a prefeitura realizou uma audiência pública com as diretrizes para ouvir sugestões ao redesenho do projeto. Um mês depois, um redesenho foi mostrado à imprensa, sem a presença das instituições que questionaram o projeto. As alterações pouco alteraram a concepção original do projeto. Pressionada pelos movimentos sociais, nova audiência foi marcada para o dia 14 de novembro, entretanto, foi suspensa por liminar judicial movida por militantes.



Figura 05 - Simulação da proposta de redesenho da Prefeitura do Recife.

No dia 27 de novembro houve nova audiência pública, mas sem expectativa de relevantes mudanças ao projeto. Os militantes aproveitaram para expressar toda indignação com o processo participativo. Uma das cobranças foi saber quais sugestões haviam sido

incorporadas da audiência anterior. Através do Ministério Público Federal, foram apontados vários fundamentos legais que impedem construções em pátios ferroviários.

Muito ainda há que se avançar no que se refere à transparência e ao processo participativo. Nos dois momentos de discussão do redesenho, prefeitura e consórcio preferiram tratar com a imprensa, quando o principal interlocutor era o movimento. Os preceitos de democracia participativa assegurados pela Constituição Federal, pelo Estatuto da Cidade e pelo Plano Diretor do Recife ainda não são cumpridos ou o são por ordem judicial.

Não bastasse o evidente entrelace entre interesse público e privado, esconde-se também uma prática antiga das construtoras de protocolarem projetos sem os estudos obrigatórios, às vésperas da aprovação de lei que restringem o potencial construtivo local. O Projeto Novo Recife foi protocolado antes da aprovação do atual plano diretor que restringiu, a praticamente um terço, o potencial construtivo da área, justamente para conter o adensamento de áreas com graves problemas de infraestrutura urbana.

Insurgências contra o capital na disputa pela terra

O Movimento #OcupeEstelita

Nessa arena de disputa, surge, em 2012, o Grupo Direitos Urbanos|Recife (DU), de ciberativistas, que já aglutina quase 30.000 membros, entre instituições da sociedade, técnicos e moradores que discutem um projeto de cidade mais sustentável, que coloca o cidadão no centro da política de planejamento, com articulações *online* e rebatimentos *offline*.

A composição dos membros envolve uma diversidade de saberes – arquitetura e urbanismo, engenharia, artes, comunicação e mídia, ciências sociais, cultura, direito, filosofia – que aglutina o saber técnico com preocupações éticas e sociais. Tal *background* se complementa e motiva as pessoas a expressarem seus talentos e saberes qualificando a discussão.

Nos debates, a discussão sobre possibilidades de se ter uma visão mais abrangente e sustentável da cidade abrange vários temas: projetos de impacto; uso e ocupação do solo; verticalização; memória urbana; fortalecimento de participação e mobilização para eventos *offline*; controle e denúncias de irregularidades e práticas contra o interesse público; mobilidade urbana; conscientização, comunicação e mídia. Nas discussões, muitas vezes deflagradas em uma ágora virtual, se produz impacto no mundo real, na disputa para construção de um projeto de cidade mais justa e sustentável.

O Movimento Ocupe Estelita nasceu da contestação ao Projeto Novo Recife, mas transcende desde o seu início, em 2012, esse lugar delineado espacialmente. A mobilização contra esse projeto se ampliou e ganhou visibilidade nacional e internacional quando, no dia 21 de maio de 2014, após a destruição de galpões históricos no Cais José Estelita, militantes acamparam no terreno destinado ao projeto para protestar. O nome Movimento#OcupeEstelita passou a firmar a identidade do Movimento, que envolve o DU e outros grupos e coletivos.

Em 17 de junho, foram expulsos pela Polícia Militar de Pernambuco, em uma ação ilegal de reintegração de posse. Durante o período que estiveram dentro do terreno, ocorreram atividades culturais que atraíram milhares de pessoas. O movimento cresce e ganha aliados, pois apesar de ser uma luta local, reflete uma problemática global – a luta pelo direito à cidade, para participar na definição de seus rumos. Seu fortalecimento se expressou com a adesão de artistas⁴, escritores, intelectuais nacionais⁵ e internacionais⁶, bem como por captar a atenção da mídia nacional e internacional (Figura 06), principalmente devido à ação truculenta da polícia, com gás lacrimogêneo, spray de pimenta e balas de efeito moral, objeto de várias notas e postagens de repúdio.⁷

O Ocupe mais recente, em 16 de novembro de 2014, contou com a presença de David Harvey⁸: “Eu escrevo sobre o Direito à Cidade, vocês o fazem.” (Figura 07).

⁴ □ Criolo: https://www.youtube.com/watch?v=GQ8xl_BGSWQ. Karina Buhr: <https://www.youtube.com/watch?v=wUCPNqVs6d4>; Lirinha: <https://www.youtube.com/watch?v=mNm6ZLSDXOw> e <https://www.youtube.com/watch?v=4NS0t7pz9MQ>; China: https://www.youtube.com/watch?v=T_DEREQNgnk.

⁵ □ <http://blogdosakamoto.blogosfera.uol.com.br/2014/06/21/caso-estelita-sabe-quem-vai-ganhar-as-eleicoes-empiteiras-como-sempre/>, <http://www.ebc.com.br/cidadania/2014/06/amistia-internacional-condena-desocupacao-do-cais-jose-estelita#.U6DVoCNYVPw.facebook>, <http://oglobo.globo.com/brasil/reintegracao-de-posse-acaba-em-confusao-em-recife-12895696>.

⁶ □ David Harvey: http://www.cartacapital.com.br/blogs/parlatorio/temos-que-nos-tornar-anti-capitalistas-diz-david-harvey-no-ocupe-estelita-906.html?utm_content=bufferd719d&utm_medium=social&utm_source=twitter.com&utm_campaign=buffer; <https://www.youtube.com/watch?v=DxW-lnT8XH>; Benjamin Moser: <http://oglobo.globo.com/cultura/livros/biografo-de-clarice-lispector-vai-doar-renda-de-novo-livro-para-movimento-ocupe-estelita-14634954>; <http://www.theguardian.com/world/2014/jun/18/brazil-police-raid-protest-camp-recife>; http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2014/06/140617_ocupa_estelita_acao_policial_rs.shtml; http://www.cartacapital.com.br/blogs/parlatorio/temos-que-nos-tornar-anti-capitalistas-diz-david-harvey-no-ocupe-estelita-9906.html?utm_content=bufferd719d&utm_medium=social&utm_source=twitter.com&utm_campaign=buffer; <https://www.youtube.com/watch?v=DxW-lnT8XH>.

⁷ Detalhes: <https://www.youtube.com/watch?v=azBBxQwLROg&feature=youtu.be>; <https://www.youtube.com/watch?v=cw67cCuni0> e <https://www.youtube.com/watch?v=8gFeKTTCTMc&feature=youtu.be>.

⁸ □ <https://www.youtube.com/watch?v=DxW-lnT8XHk>; <http://www.revistaforum.com.br/blog/2014/11/david-harvey-participa-de-evento-ocupe-estelita/>.



Figura 06 - Apoio em Berlim ao Estelita.



Figura 07: David Harvey no Ocupe Estelita

Foto: Leonardo Cisneiros

O movimento defende uma total mudança nos rumos do projeto e o cancelamento do protocolo e/ou do leilão e lançou no Ocupe de 16 de novembro o vídeo “Recife, cidade roubada”, com milhares de visualizações.⁹

O contexto político no nível nacional, com a recente prisão de vários presidentes de grandes construtoras contribuiu com a adesão e receptividade ao movimento. Todavia, algumas características intrínsecas ao movimento também contribuem com o seu sucesso e repercussão, identificados como força do movimento:

- compromisso ético com a cidade;
- obstinação, coragem e determinação para lutar contra o poder instituído;
- dedicação, de um grupo menor, de grande parte de tempo e trabalho;
- capacidade de agregação de pessoas e formação de grupos;
- apropriação do discurso competente urbanístico para dominar e propor soluções aos problemas da cidade, retratado nos posts, comentários, críticas e soluções;
- apropriação do discurso competente jurídico enquanto narrativa jurídica emancipatória e de compreensão da luta por direitos;
- criatividade, capacidade crítica, inteligência;
- presença forte de diversas expressões culturais (os domingos do Estelita);
- rapidez e qualidade da informação (redes sociais, transmissão *online* de eventos);
- agilidade de comunicação *online* e qualidade da comunicação e mídia (design e vídeo), permitindo o registro e a proliferação da informação e articulação com a imprensa;

⁹

□ <https://www.youtube.com/watch?v=dJY1XE2S9Pk&feature=youtu.be>.

- horizontalidade do grupo, sem a presença de donos ou líderes;
- amor pela cidade e obstinação na construção de uma cidade mais justa para todos.

De maneira mais ampla, a mobilização *online* obteve impactos concretos no mundo *offline* no que se refere a:

- governança da sociedade civil para mobilizações, petições, ações populares, investigação de ilegalidades, articulações com o Ministério Público;
- pleitos e luta por planejamento integrado, cidade mais humana, mais espaço público, preservando a memória urbana e o meio ambiente, melhoria na mobilidade, transparência e controle social;
- organização e discussão *online*; eventos *offline*;
- luta contra a gentrificação.

O Movimento consolida-se com uma força política, como um “exército de resistência”, cuja experiência aglutina a expertise de militantes *seniors*, com a disposição para a luta no território de militantes jovens aguerridos, dispostos para enfrentar outras arbitrariedades de abusos e violação de direitos, na luta pelo direito à cidade.

A Comunidade Quilombola de Castainho, Garanhuns, PE

Nas áreas rurais, as pressões não são muito diferentes. A comunidade quilombola de Castainho, Garanhuns, cuja origem remonta a 1695, sofreu pressão de famílias que se intitularam donos das terras. Como declara o Sr. Geraldo: “Vinha um proprietário daqui, outro dali e outro de acolá e a gente ficava cercado. A gente tinha que guardar aquilo que a gente via diante dos nossos olhos com silêncio, porque tinha medo.” Foi assim que se viram imprensados em apenas 60ha. (FIORASO et al., 2013, p. 12) D. Marinete relembra sua permanência na terra:

Que eu me lembre, desde que eu nasci, meu pai trabalhava nessas terras, o pai do meu pai trabalhava nessas terras, meu avô contava as histórias do povo fugindo pra cá, então toda terra era da gente. A gente não tirou terra de ninguém, essas terras são dos quilombos que vieram pra cá. Agora esse povo rico foi pegando pedaço e pedaço da terra nossa (ibid.)

O Sr. Antônio conta como famílias poderosas tentaram se apropriar da terra deles:

[...] nos anos 80, uma das famílias poderosas da cidade, a família Luna, se dizia proprietária dos poucos 60 hectares onde a comunidade desenvolvia o cultivo de produtos básicos da sua economia, (mandioca, hortaliças e pequenos criatórios). Nessa época, o estado não reconhecia os direitos dos povos afrodescendentes. [...] É porque naquela época ninguém tinha terra definida por documento. O Zé de Luna se dizia o dono das terras. Ele dizia que a terra aqui era dele, mas foi ele quem grilou as terras, ele tinha amigo

juiz, promotor, advogado, tudo que se pode ter aí nessa questão. Eles grilaram tudo e com certeza eles têm o documento, né? (p. 13)

As pressões que os moradores sofreram não foram poucas, relembra o Sr. Antônio: “[...] veio de um lado, um povo do Luna e atacou Zé Carlos e Geraldo, ameaçou, e veio outro de acolá e atacou o Ciço Lopes. [...] Então vinha ameaça de um lado, do outro, mas sempre da mesma família. A gente vivia cercado e ameaçado de todo lado.” (ibid.).

A luta foi dura, pondo em risco suas vidas. Sr. Expedito, líder da comunidade quilombola de Timbó, em uma apresentação no IFPE, na semana de comemoração à luta de Zumbi dos Palmares, afirmou: “Lutar com terra é lutar com poder. Quem luta com poder está lutando contra o fogo. [...]“Fácil não é. É Zé Carlos (líder do Castainho) e Expedito meter os peitos e não temer a morte.” D. Zeca conta:

O Zé Carlos mesmo levou muita ameaça de morte, não só ele não, falo dele porque sempre tava na luta, era a liderança que passava pra nós tudo que tava acontecendo. Mas muito homem daqui foi desistindo, indo embora. Agora o que ficou lutou com fibra. E os pistoleiros andavam por aqui com a espingarda na mão, mas graças a Deus deu tudo certo. (p. 14)

Mas mesmo diante das dificuldades e ameaças de morte, a força de líderes da comunidade e o desejo de lutar pela terra foi mais forte, como declara o Sr. Bernardo:

No começo do conflito foi tudo muito difícil. O pessoal dizia que a gente era doido por lutar por terra, que a gente iria morrer. A família do Luna era violenta, mas a gente tinha que lutar pelo direito que é nosso, da nossa gente. Quando a CPT chegou, a gente aqui não tinha informação, não tinha muita noção de como era mesmo que as coisas funcionavam, os poderes e os políticos. Seu Rafael da CPT aconselhou a gente: ‘Olhe, não fique plantando só a mandioca e nem o milho e feijão. Plantem também fruteira que é o que vai dar sustentação a vocês. E foi exatamente o que nos deu mais segurança e que nos fortaleceu a ter a posse. Pra enfrentar o conflito, a gente se organizou e lutou pela posse da terra e depois a gente se juntou a outras comunidades de posseiros do Agreste e do resto do estado, que também estavam sendo ameaçadas de expulsão. Nesse tempo não tinha lei em favor das comunidades quilombolas. Tinha lei para posseiros e usucapião. (ibid.)

Eles fundaram a associação em 1993, fizeram muitos mutirões, participaram de encontros com outras comunidades em conflito no estado, com o apoio da CPT e FETAPE, prepararam documentos, coletaram assinaturas. Fizeram o 1º encontro de comunidades quilombolas em Pernambuco. Os Luna venderam as terras para Mano Imóveis, que iniciou as ameaças de forma mais agressiva. (p. 15) Tentaram de várias formas intimidar as pessoas a saírem do local, tentando medir e cercar as terras. O Sr Antônio relembra o diálogo:

- [...] eu estou com um projeto de lotear isso aqui pra fazer uma vila [...].

- Tá certo, é o seu projeto, agora o senhor me desculpe, mas quanto tempo o senhor tá com esse projeto feito? [...]
- Vai fazer dois anos que eu fiz esse projeto [...].
- Ah, mas tá muito novo esse projeto seu, o nosso é desde mil oitocentos e antigamente que é o de plantar a mandioca e outros alimentos. [...] (p.16)

As figuras 08 e 09 mostram as mulheres participando ativamente da economia da comunidade.



Figuras 08 e 09 produção da massa da mandioca. Fonte: arquivo próprio.

Mano Imóveis contou com o apoio da polícia, que, como no Estelita, agiu para defender o direito de propriedade e não a integridade das pessoas. Uma estratégia foi pedir ajuda ao centro de Direitos Humanos da Diocese e à CPT. Sr. Geraldo também foi ameaçado:

Eu ia caminhando com outra pessoa para a cidade de Garanhuns contar o que estava acontecendo em Castainho e pedir ajuda ao pessoal da Diocese. Ai, eu fui abordado no caminho por quatro homens e o Mano falou, de um jeito ameaçador, que a comunidade tinha que mostrar os documentos da terra. Ele disse que se a gente se dizia dono, tinha que ter documento. Eu respondi que a gente não tinha documento, mas era dono porque fazia muito tempo que vivia na terra. Daí, mesmo com ameaças, a gente continuou resistindo e correndo atrás de apoios. (p. 17)

O I Encontro nacional de Comunidades Negras Rurais Quilombolas, ocorreu em 1995, ano Nacional Zumbi dos Palmares, tricentenário de Zumbi, uma das maiores referências para o povo negro. Em 1997 o laudo antropológico foi feito e o reconhecimento pela Fundação Palmares, homologado. Assim, foi expedido o título de domínio em nome da Associação dos Moradores do Quilombo. Castainho e Conceição das Crioulas foram as primeiras, no estado, a serem reconhecidas descendentes de quilombos. Tiveram que lutar contra o INCRA, pois cerca de 40ha estava invadido por fazendeiros e deram início à retomada da terra, como recorda D. Zezé:

no dia da retomada, a gente se acordou cedo, de 5 horas da manhã, e fomos embora fazer o que tinha que fazer. [...] Os homens também foram e tinham as crianças que estavam com a gente. Ah! Tinha muita gente, muita gente. A gente fazia de tudo. O que tinha pra fazer a gente fazia. Desmontava arame, derrubava cerca, [...] e plantava sementes de feijão e milho. E foi depois desta ação que o INCRA se interessou pela comunidade e veio aqui muitas vezes. (p. 20)

Zé Carlos salienta como foi decisiva essa ocupação: “depois desta ação de retomada, a terra ficou com a gente. Aí quando chegou a chuva deu pra nós plantar e fizemos quase 30 hectares de roça. No segundo ano, a gente produziu muita mandioca”.

Em 23 de novembro de 2009, receberam do presidente Lula, em Salvador, o título de reconhecimento da comunidade quilombola. Em abril de 2012, 30 anos depois do início dos conflitos, receberam a imissão de posse de 183 hectares. Embora seja pouca terra para os padrões dos quilombolas, a comunidade avalia como uma grande vitória depois de tanta resistência. E Zé Carlos resume as conquistas de Castainho, exemplo seguido por outras comunidades quilombolas (Estivas, Tigre, Estrela, Caluête e Timbó, só em Garanhuns): “Pra mim, o que estamos vivenciando é, resumido em uma única palavra, LIBERDADE. Conseguir chegar aonde nós chegamos foi uma luta grande. Quer dizer, hoje ninguém manda na gente. Andamos pra lá e pra cá porque o território é nosso. Hoje somos donos da nossa terra.” (p. 22) Posteriormente Castainho partiu para apoiar outros quilombos no Agreste pernambucano. As Figuras 10 e 11 mostram a formação da geração futura, que já demonstra curiosidade em conhecer a história da comunidade.



Figura 10 Formação da geração futura na escola municipal. Fonte: arquivo próprio.

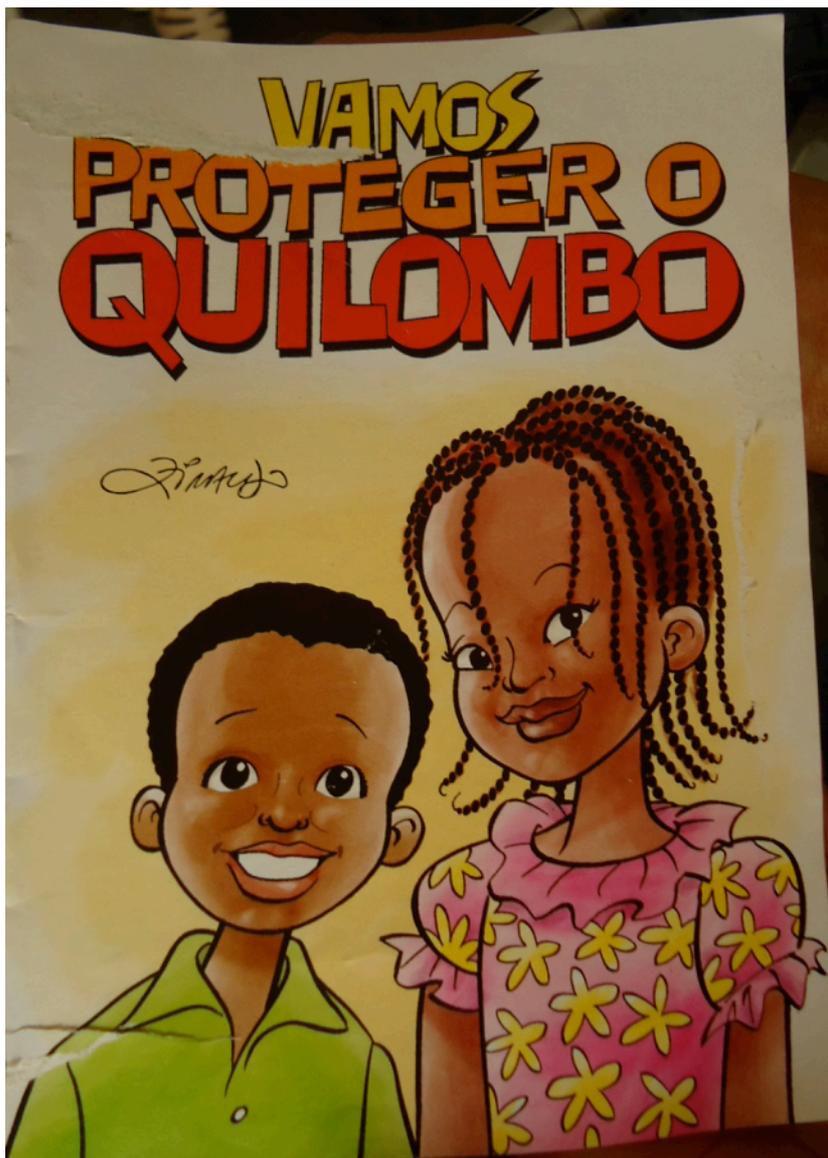


Figura 11 Fortalecimento das raízes e da luta. Fonte: arquivo próprio.

Considerações finais

As duas realidades evidenciaram dois aspectos importantes como lição aprendida: a força da comunidade, simbolizada pela coragem com que enfrentaram a polícia e os donos das terras, e a estratégia de ocupação como definidoras das conquistas. A sofisticação das redes sociais multiplica e amplifica a luta do Estelita para o mundo. A luta de Castainho se multiplica no território, no estado, na região. Ambos são vitoriosos porque alcançaram êxito contra forças poderosas que querem subjugar a terra à maximização de seus lucros.

Harvey, (2014, p. 21) fala para as lutas da cidade:

Somente quando a política se concentrar na produção e reprodução da vida urbana como processo de trabalho essencial que dê origem a impulsos

revolucionários será possível concretizar lutas anticapitalistas capazes de transformar radicalmente a vida cotidiana. Somente quando se entender que os que constroem e mantêm a vida urbana têm uma exigência fundamental de criar uma cidade mais em conformidade com seus verdadeiros desejos, chegaremos a uma política do urbano que venha fazer sentido. ‘A cidade pode estar morta’, Lefebvre parece dizer, mas ‘longa vida à cidade!’ (HARVEY, 2014, p. 21).

A luta das duas localidades explicita e exemplifica o quanto os grandes dilemas sociais passam, de forma direta ou indireta, pela construção do espaço, e, nele, por meio das relações de poder, do território. Coloca claramente a discussão sobre o direito à cidade, exercendo a crítica qualificada e sistemática aos inúmeros descontentamentos presentes no cenário urbano e rural de rápidas transformações. Tal direito requer que muitas e diferentes vozes se façam ouvir, que coloque outros tons no que atualmente é uma melodia dominada pela elite política e econômica.

O lugar da luta de Castainho é contra os grileiros das áreas rurais, que usurpam as terras de quem sempre ali morou. Sua história mostra a saga de resistência e luta reivindicando seu território, durante 30 anos de ameaças e perseguições. Hoje Castainho é referência e multiplica sua experiência apoiando outras comunidades locais.

O lugar do Estelita é o lugar do encontro, da união de corpos no espaço (HARVEY, 2012). Esse espaço público negado à sociedade, tanto pela insegurança pública como pela ausência de infraestrutura, e substituído pelos shoppings, é cobrado ao poder público pelos militantes. A ocupação física reacende o sentido de cidadania, de chamamento à ação coletiva, de exercício de diferentes pontos de vista e sua possível materialização no território. Entre os armazéns abandonados e a proposta do projeto Novo Recife há um vazio repleto de possibilidades. O lugar político do Movimento Ocupe Estelita é o de resistir à associação entre empreiteiras e poder público (prefeitura e estado) para decidir os rumos da cidade. É de explicitar que a sociedade quer e precisa participar dessa decisão.

Manter os dois movimentos requer reinventá-los, adaptá-los à própria dinâmica social e política, portanto um grande desafio. Pressupõe uma permanente construção de argumentos, de comunicação e de ação concreta em diversos planos: jurídico, de mídia, de articulação política. Mas ambos são referência de sucesso na luta contra o poder instituído.

Referências

CALDEIRA, T. Cidade de Muros: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo. São Paulo: EDUSP, 2000.

CAMPOS, P. H. P. (2012), *A ditadura dos empreiteiros: as empresas nacionais de construção civil, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro, 1964-1985*, Tese de doutorado em História Social, Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia.

CISNEIROS, L. Qual o Problema da verticalização? Disponível em: <http://direitosurbanos.wordpress.com/2014/03/23/qual-o-problema-da-verticalizacao/>. Acesso em: 07.dez.2014.

FALCÃO NETO, J. de A.; SOUZA, M. A. O direito de morar. *Ciência Hoje*, [S. l.], v. 3, n. 18, p. 74-80, maio/jun. 1985.

FIORASO, C.; VIEGAS, D.; MELO, M. Castainho: contando sua História. Comissão Pastoral da Terra. Recife: Ed. Universitária, 2013.

HARVEY, D. (2014), *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*, São Paulo: Martins Fontes.

HARVEY, D. (2012), *Os rebeldes na rua: o Partido Wall Street encontra sua nêmesis*. In: HARVEY, D et al., *Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas*, São Paulo: Boitempo, Carta Maior.

JACOBS, J. *The Death and Life of Great American Cities*. Nova York: The Modern Library Edition, 1993.

SOUSA, J. P. M. Influência da Forma Urbana na Ventilação Natural: um estudo de caso no Cais José Estelita, Recife. (dissertação). Universidade Federal de Pernambuco. Centro De Artes e Comunicação. Departamento de Arquitetura E Urbanismo. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Recife, 2014.